

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.  
Em decorrência da reorganização societária do Grupo MAPFRE no Brasil, a mudança da razão social foi submetida à aprovação da SUSEP com o objetivo de refletir a alteração no foco operacional da

Seguradora, que passou a operar exclusivamente com produtos de Previdência e Vida Resgatável. Os negócios de Garantias e Créditos existentes até 28 de fevereiro de 2011 foram transferidos para a MAPFRE Seguros Gerais S.A.  
Em 25 de abril de 2012, através da Portaria SUSEP nº 4.563, a Seguradora foi autorizada a operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta. Em decorrência desta autorização, em 1º de junho de 2012 a carteira de previdência da MAPFRE Vida S.A. foi transferida para a Seguradora.  
A Seguradora encerrou o exercício de 2012 com R\$ 29,6 milhões de prêmios emitidos líquidos e com rendas de 2012 no montante de R\$ 115,6 milhões.  
As provisões técnicas de seguros e previdência complementar encerraram o exercício com o saldo de

R\$ 2,1 bilhões. Os ativos totais somaram R\$ 2,1 bilhões.  
Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 430/12, a MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A.), com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".  
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança e apoio nos depositados. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.  
São Paulo, 26 de setembro de 2013  
**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de reais)

	Notas	2012	2011
<b>Ativo</b>		<b>2.003.311</b>	<b>59.696</b>
<b>Circulante</b>		<b>10.677</b>	<b>59</b>
<b>Disponível</b>		<b>10.677</b>	<b>59</b>
Caixa e bancos		10.677	59
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>1.974.755</b>	<b>29.348</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1.837</b>	<b>504</b>
Operações com resseguradoras		1.837	504
Outros créditos operacionais		1.813	504
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>401</b>	<b>—</b>
Valores a receber		170	—
Operações com repasses		231	—
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>15.045</b>	<b>29.719</b>
Títulos e créditos a receber		8	13.164
Créditos tributários e previdenciários		9	1.356
Depósitos judiciais e fiscais		461	297
Outros créditos		64	15
<b>Outros valores e bens</b>		<b>16</b>	<b>66</b>
Imobilizado		16	66
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>11</b>	<b>—</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	<b>12</b>	<b>569</b>	<b>—</b>
Seguros		564	—
Resseguros		5	—
<b>Ativo não circulante</b>		<b>154.033</b>	<b>6.189</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>151.395</b>	<b>5.983</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>136.042</b>	<b>5.322</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>15.174</b>	<b>661</b>
Títulos e créditos a receber		8	14.979
Créditos tributários e previdenciários		9	195
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>179</b>	<b>—</b>
<b>Investimento</b>		<b>14</b>	<b>135</b>
Participações societárias		14	135
<b>Imobilizado</b>	<b>10</b>	<b>294</b>	<b>71</b>
Bens móveis		336	62
Outras imobilizações		16	19
(-) Depreciações		(58)	(10)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>2.330</b>	<b>—</b>
Outros intangíveis		2.330	—
<b>Total</b>		<b>2.157.344</b>	<b>65.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2012	2011
<b>Passivo</b>		<b>736.305</b>	<b>22.703</b>
<b>Circulante</b>		<b>14.892</b>	<b>514</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>9.062</b>	<b>282</b>
Obrigações a pagar		1.197	22
Impostos e encargos sociais a recolher		886	104
Encargos trabalhistas		3.651	7
Impostos e contribuições		96	99
Outras contas a pagar		2.266	8
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>2.266</b>	<b>8</b>
Operações com resseguradoras		24	—
Corretores de seguros e resseguros		2.068	—
Outros débitos operacionais		174	8
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>		<b>7.080</b>	<b>—</b>
Contribuições a restituir		6.073	—
Outros débitos operacionais		467	—
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>1.156</b>	<b>—</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>12</b>	<b>660.941</b>	<b>22.181</b>
Vida com cobertura por sobrevivência		633.435	—
Danos - DPVAT		27.506	22.181
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>12</b>	<b>49.970</b>	<b>—</b>
Planos não bloqueados		49.970	—
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.372.466</b>	<b>—</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>12</b>	<b>78.752</b>	<b>—</b>
Vida com cobertura por sobrevivência		78.752	—
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	<b>12</b>	<b>1.293.370</b>	<b>—</b>
Planos não bloqueados		1.293.370	—
<b>Outros débitos</b>		<b>344</b>	<b>—</b>
Provisões judiciais		12	344
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>48.573</b>	<b>43.182</b>
Capital social		42.218	25.000
Aumento (redução) de capital (em aprovação)		—	17.218
Reservas de lucros		6.355	964
<b>Total</b>		<b>2.157.344</b>	<b>65.885</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de reais)

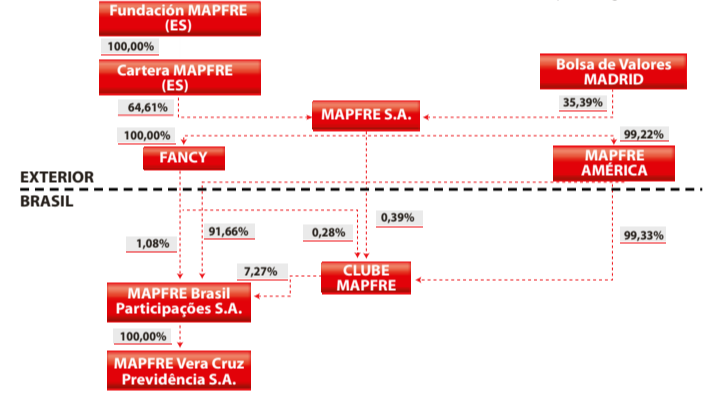
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária	Reserva legal		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>25.000</b>		<b>12.177</b>	<b>1.316</b>		<b>38.493</b>
Redução de capital - AGE de 28 de fevereiro de 2011			(10.000)	—		(10.000)
Aumento de capital - AGE de 28 de fevereiro de 2011			27.218	—		27.218
Cisão carteira de garantias e crédito para a MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A.			—	(12.177)	(291)	(13.784)
Lucro líquido do exercício			—	—	1.255	1.255
Constituição de reserva de lucros			—	901	63	964
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>25.000</b>		<b>17.218</b>	<b>901</b>	<b>63</b>	<b>43.182</b>
Aprovação de redução de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012			(10.000)	—	—	(10.000)
Aprovação de aumento de capital - Portaria SUSEP nº 4.553 de 25 de abril de 2012			27.218	—	—	27.218
Cisão carteira de garantias e crédito para a MAPFRE Seguros Gerais S.A.			—	—	—	—
Lucro líquido do exercício			—	—	1.148	1.148
Constituição de reserva de lucros			—	—	4.243	4.243
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>42.218</b>		<b>6.022</b>	<b>333</b>	<b>—</b>	<b>48.573</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros de ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 11º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob nº 04.046.576/0001-40. A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do grupo. Em 25 de abril de 2012, através da Portaria SUSEP nº 4.563, foi autorizada a operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta. Em decorrência, em 1º de junho de 2012 a carteira de previdência da MAPFRE Vida S.A. foi transferida para a Seguradora, conforme demonstrado na nota 20. Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura do Grupo é a seguinte:



**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 430, de 5 de março de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP 430/12 revoga a Circular SUSEP 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2013.  
**b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 430/12. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração do fluxo de caixa, está sendo divulgada pelo método indireto, e a demonstração do resultado foi representada de acordo com o modelo de publicação estabelecido para entidades abertas de previdência complementar, consequentemente as referidas demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, divulgada pelo método direto, e para entidades seguradoras respectivamente, estão sendo representadas para fins de comparabilidade.  
**c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.  
**d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iv) Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional utilizada pela Seguradora está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativos financeiros;
  - Provisões técnicas;
  - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
  - Mensuração dos contratos de seguros e de investimento;
  - Teste de adequação dos passivos; e
  - Provisões judiciais de sinistros e Cíveis.
- g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: *i* - espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; *ii* - está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias compreendidos entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados, essa perda é reconhecida no resultado de exercício. **c) Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos:** *i. Contratos de investimentos:* A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOvespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. *ii. Contratos de seguros:* Quando um derivativo embutido é identificado, a Seguradora deve analisá-lo se instrumento principal e avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado no balanço patrimonial). Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. (iii) *Ativos disponíveis para venda:* Ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos ao resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificados para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. (iv) *Empréstimos (concedidos) e recebíveis:* Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a resseguradores, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. **d) Redução ao valor recuperável:** (i) Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas ao resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica diminuição na perda, procede-se a reversão do respectivo valor. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor

recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para, o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e a provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. (ii) Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Investimentos:** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo custo. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC com isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciable) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 9. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos relevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **g) Intangível:** Gastos de desenvolvimento interno de software, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e, existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. A Seguradora adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescida dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e amortizado pelo prazo contratual segundo o CPC 1. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados e nenhum ajuste foi identificado. **h) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são contabilizadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: *i. Seguros:* A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco decorrido no mês de constituição. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Videntes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos videntes mas não operacionalmente emitidos. E calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras e atualizada monetariamente nos termos da legislação. A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PI), é constituída se for constatada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos para cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, sendo calculada de acordo com a nota técnica atuarial. Dos cálculos efetuados não resultou provável a constituir em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNA), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de encerramento das demonstrações financeiras. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios (PCP). A PCP deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos videntes, emitidos ou não, recebidos ou não. *ii. Previdência:* As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por atuarial legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se àqueles já em gozo de benefícios. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras". As provisões que estão vinculadas aos contratos de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs). A Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC), é constituída quando constatada insuficiência de contribuições nos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples. Nas Provisões de Benefícios a Conceder e Concedidos, a insuficiência é gerada pela diferença entre as taxas decrementais (mortalidade, invalidez e exoneração), acrescida das taxas de juros aprovadas nos planos e as obtidas com a expertise da carteira, ou pela Seguradora não possuir massa suficiente comparada à experiência do mercado. Na Provisão de Riscos não Expirados (PRNE), será constatada a insuficiência de contribuição com relação ao valor provisionado, na data de corte especificada, quando o montante de sinistros pagos ou avisados, relativos às apólices vigentes à época, for superior aos prêmios ou contribuições recebidas. A PIC foi calculada para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC e a conceder - PMBAC e para a Provisão para Riscos não Expirados - PRNE, sendo utilizado as seguintes premissas: *Provisão matemática de benefícios a conceder a PMBAC - AT-2000* Male como tábuas de mortalidade; *WINKLE* com tábuas de mortalidade de inválidos; e *Taxa de juros* é de 6% a.a. *Provisão matemática de benefícios concedidos - PMBC - AT-2000* Male como tábuas de mortalidade; *WINKLE* com tábuas de mortalidade de inválidos; e *A taxa de juros* utilizada é de 6% a.a. *Compra-se o valor da PRNE* constituída com o valor dos sinistros esperados, para o mesmo período de vigência das respectivas contribuições. Os sinistros esperados foram calculados com base na frequência de sinistros da carteira de 31 de dezembro de 2012 e 2011. A Provisão de Oscilação de Riscos (POR), é constituída para suportar alterações de sinistralidade esporádica nas coberturas de pecúlio, por morte ou por invalidez, pensão e renda por invalidez. A regra de cálculo para a Provisão de Oscilação de Riscos foi estabelecida na base de 5% sobre as contribuições líquidas destinadas às coberturas de risco (renda por invalidez, pecúlio e pensão), sendo utilizada quando a sinistralidade ultrapassar 50% das contribuições arrecadadas, de acordo com a NTA. Em 31 de dezembro de 2012, mantivemos esta regra, em função da reduzida quantidade de participantes com coberturas de riscos e a quantidade de sinistros não ser estatisticamente suficiente para avaliação dos desvios de sinistralidade. A Provisão de Oscilação Financeira (POF), tem como objetivo cobrir "Deficiências" apurados no cálculo do resultado financeiro no final do mês (saldo no FIF - provisão garantia). Não foi identificada a necessidade técnica de constituir essa provisão. Todas as aplicações financeiras são acompanhadas pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., alterando, caso seja necessário, a composição dos papéis do fundo onde são aplicadas tais provisões. **i) Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/nº 007/08, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido: quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao investimento na ocorrência de um evento futuro incerto que possa afetá-lo de forma adversa. Contratos de seguro são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. **j) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos videntes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o pagamento ou avisados, relativos às apólices vigentes à época, for superior aos prêmios ou contribuições recebidas. A PIC foi calculada para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC e a conceder - PMBAC e para a Provisão para Riscos não Expirados - PRNE, sendo utilizado as seguintes premissas: *Provisão matemática de benefícios a conceder a PMBAC - AT-2000* Male como tábuas de mortalidade; *WINKLE* com tábuas de mortalidade de inválidos; e *Taxa de juros* é de 6% a.a. *Provisão matemática de benefícios concedidos - PMBC - AT-2000* Male como tábuas de mortalidade; *WINKLE* com tábuas de mortalidade de inválidos; e *A taxa de juros* utilizada é de 6% a.a. *Compra-se o valor da PRNE* constituída com o valor dos sinistros esperados, para o mesmo período de vigência das respectivas contribuições. Os sinistros esperados foram calculados com base na frequência de sinistros da carteira de 31 de dezembro de 2012 e 2011. A

interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias interna e externa recomendadas pelo Conselho de Administração e o aprimoramento das práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado para o exame e a avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. a) Risco de seguro: A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos. Essas situações ocorrem, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorria para fazer face aos eventos de sinistros. São utilizadas estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importância seguradas elevadas. Concentração de riscos - As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido bruto de resseguro.

Tabela de distribuição de prêmio bruto de resseguro por região e segmento em 31 de dezembro de 2012. Inclui colunas para Região geográfica, DPVAT, VGBL, VIDA, Total, RS, % e outros indicadores.

Tabela de distribuição de prêmio líquido de resseguro por região e segmento em 31 de dezembro de 2011. Inclui colunas para Região geográfica, DPVAT, DEMAIS, Total, RS, % e outros indicadores.

Tabela de valores em R\$ mil, fator de risco, sensibilidade e impacto no resultado/PL em 2012 e 2011. Inclui categorias como a) PIC de longo prazo e b) Risco de crédito.

Tipos de resseguradores: Nome do ressegurador, % de Cessão, Rating. Lista de resseguradores como MAPFRE REDO, BRASIL COMPANHIA DE RESEGUROS, etc.

Tabela de Rating das operações em 2012 e 2011. Inclui colunas para 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor Contábil e Valor de Mercado.

Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos quanto a dificuldades ocasionais na transferência de um ativo em caixa necessária para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. Exposição ao risco de liquidez - O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. Gerenciamento do risco de liquidez - A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Riscos Financeiros. Os resultados destas análises em relação aos parâmetros de risco de liquidez e o realmento do impacto sobre o resultado de lucro e patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de Stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificar os riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Tabela de Rating da carteira de aplicações em 2012 e 2011. Inclui colunas para 1 a 30 dias, 31 a 180 dias, 181 a 360 dias, Acima de 360 dias, Valor Contábil e Valor de Mercado.

Tabela de A Vencer em 2012 e 2011. Inclui colunas para A Vencer em até 1 ano, A Vencer acima de 1 ano, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Valor justo por meio do resultado, Mantidos até o vencimento, etc.

Tabela de Total dos passivos financeiros em 2012 e 2011. Inclui colunas para 2012, 2011, Impacto no patrimônio líquido/Resultado, Fator de risco, Taxa de juros, etc.

1) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. c) Riscos operacionais: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de expectativas e de padrões gerenciais acerca de comportamento empresarial. Gerenciamento do risco operacional - A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de

avaliação do seu sistema de compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto-avaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Gestão de Capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o exercício de reporte e em exercícios anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento da Seguradora é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora utiliza o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e SUSEP utilizando as tabelas de fatores suavizadas em função de possuir modelo interno para o risco de subscrição.

Tabela de Patrimônio Líquido em 2012 e 2011. Inclui colunas para Patrimônio Líquido, Participações em sociedades financeiras, Despesas antecipadas, Créditos Tributários, Ativos intangíveis, Patrimônio Líquido Ajustado (a), Margem de Solvência (b), Capital Base - CB, Capital Adicional de crédito, Capital Adicional de subscrição, Capital Mínimo Requerido (c), Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c), Suficiência de capital (a - c), Suficiência de capital (% da EC).

c) Composição por prazo e por título:

Tabela de I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado em 2012 e 2011. Inclui Carteira própria, Fundos exclusivos, II. Ativos mantidos até o vencimento, Carteira própria, Fundos exclusivos, Total geral.

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos alocados em carteira administrada tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. Os títulos de renda fixa privados alocados em carteira administrada tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela MAPFRE DTVM. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&Fbovespa para cálculos e apereçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de auto-regulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). A gestão e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., não tendo diferença entre o valor contábil e o valor de mercado. e) Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são concebíveis, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Tabela de I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado em 2012 e 2011. Inclui Carteira própria, Fundos exclusivos, II. Ativos mantidos até o vencimento, Carteira própria, Fundos exclusivos, Total geral.

f) Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros, títulos públicos e títulos privados que compõem a Carteira de Investimentos atingiu 9,518% no acumulado do exercício, representado 113,14% do CDI que foi de 8,413% no ano.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados na carteira de fundos de investimento exclusivos. A Seguradora utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedge), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo Grupo Segurador BB e MAPFRE. Os limites são pré-determinados, as operações são submetidas a uma análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das posições passamos a utilizar a política de "Value at Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos "Mark to Market" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DTVM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&Fbovespa para os cálculos e a precificação através das metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros, na CETIP S.A. - Mercados Organizados e na CBL - Seguradora Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de confiabilidade e renome no mercado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Seguradora não possui derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Do saldo de R\$ 1.837, refere-se substancialmente operações com o Convênio DPVAT.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Do montante de R\$ 13.164 registrado no Circulante R\$ 7.985 refere-se a valores a receber da carteira de previdência da MAPFRE Vida S.A., R\$ 3.281 referente a valores a receber de planos de previdência, R\$ 1.443 se refere a receber da MAPFRE DTVM, R\$ 455 outros títulos e créditos a receber e o montante de R\$ 14.979 no Ativo não Circulante se refere a valor a recuperar da parceria do produto de previdência.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Tabela de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Inclui Ativo, Tributos a compensar, Tributos retidos na fonte, Total circulante, Prejuízo fiscal/base negativa, Provisão para participação nos lucros, Total não circulante, A) Constituição dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização de destes créditos até 2013.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Tabela de Imobilizado e Intangível em 2012 e 2011. Inclui Custo, Saldo em 31 de dezembro de 2011, Aquisições do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Depreciações, Saldo em 31 de dezembro de 2011, Depreciações do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Valor Contábil, Intangível, Custo, Saldo em 31 de dezembro de 2011, Aquisições do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Amortizações, Saldo em 31 de dezembro de 2011, Amortização do exercício, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Valor Contábil.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Tabela de Partes Relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Inclui Partes Relacionadas, Ativos Passivos, Despesas Receitas, Ativos Passivos, Despesas Receitas, MAPFRE Seguros, MAPFRE Vida S.A., MAPFRE Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários S.A., etc.

Os quadros abaixo apresentam saldos líquidos de provisões técnicas de DPVAT. O montante destas provisões em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 27.506.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do valor de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras:

Tabela de I. Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado em 2012 e 2011. Inclui Carteira própria, Fundos exclusivos, II. Ativos mantidos até o vencimento, Carteira própria, Fundos exclusivos, Total.

b) Movimentação das aplicações financeiras:

Tabela de Saldo inicial, Aplicações, Resgates, Rendimento, Saldo final em 2012 e 2011.

Tabela de Provisões Matemáticas de Previdência em 2012 e 2011. Inclui Saldo em 31 de dezembro de 2011, Constituições, Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2012.

Provisões Matemáticas de Previdência

Tabela de Provisões Matemáticas de Previdência em 2012 e 2011. Inclui Saldo em 31 de dezembro de 2011, Constituições, Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2012.

Provisões Matemáticas de Previdência

Tabela de Provisões Matemáticas de Previdência em 2012 e 2011. Inclui Saldo em 31 de dezembro de 2011, Constituições, Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2012.

Provisões Matemáticas de Previdência

Tabela de Provisões Matemáticas de Previdência em 2012 e 2011. Inclui Saldo em 31 de dezembro de 2010, Constituições, Reversões, Saldo em 31 de dezembro de 2011.

13. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, crédito, aceito e resseguro. Não estão incluídos o ramo 88 - DPVAT e operações de previdência.

Montante estimado para os sinistros

Tabela de Montante estimado para os sinistros em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Inclui Ano de ocorrência, Total, No ano da ocorrência, No ano após a ocorrência, etc.

14. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas em 2012 e 2011. Inclui Total a ser coberto, Ativos Garantidores, Aplicações, Aplicado de Renda Fixa, Aplicações em FIES dos recursos de Provisões de Previdência, Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT, Total de Aplicações, Ativos livres.

15. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

O montante registrado como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial se refere apenas a causas relacionadas ao Convênio DPVAT classificadas com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 13.318 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 11.957 em 31 de dezembro de 2011) composto por 2.216 ações em 2012 (1.972 ações em 2011).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 42.218 e está representado por 155.568 ações ordinárias sem valor nominal. b) Dividendos: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. Para este exercício a Seguradora não tem intenção de distribuí-los. c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. d) Reservas estatutárias: Conforme previsto no artigo 29º do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

17. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Tabela de Ramos de atuação, Ramos de Atuação, Despesas (receitas) de comercialização, Prêmios Ganhos, Sinistralidade, Despesas (receitas) de comercialização, etc.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de reais)

**h) Despesas com tributos:**

	2012	2011
	<b>(1.778)</b>	<b>(1.120)</b>
COFINS	(1.030)	(703)
PIS	(167)	(114)
Taxa de fiscalização	(478)	(257)
Outras despesas com tributos	(103)	(46)

**i) Resultado financeiro:**

	2012	2011
<b>Receitas</b>		
Receitas com títulos de renda fixa privado	439	846
Receitas com títulos de renda fixa pública	18.014	868
Oscilação de quotas e fundos	75.519	-
Receitas com operações de seguros	2.285	2.445
Outras receitas financeiras	4.756	100
	<b>101.093</b>	<b>4.259</b>

Despesas financeiras com operações de seguros	-	(2.427)
Despesas financeiras com operações de vida com sobrevivência	(29.781)	-
Despesas financeiras com operações de previdência complementar	(56.348)	-
Despesas financeiras eventuais	(110)	(64)
	<b>(86.239)</b>	<b>(2.491)</b>
<b>Total</b>	<b>14.854</b>	<b>1.768</b>

**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:**

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro 2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>8.667</b>	<b>8.667</b>	<b>1.380</b>	<b>1.380</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	2.143	1.300	321	207
Diferenças temporárias	93	56	(78)	(47)
Diferenças permanentes	2	1	(120)	(72)
<b>Tributo antes das compensações</b>	<b>2.238</b>	<b>1.357</b>	<b>123</b>	<b>88</b>
Compensações de Prejuízos Fiscais	-	-	(21)	(26)
<b>Imposto corrente</b>	<b>2.238</b>	<b>1.357</b>	<b>102</b>	<b>62</b>
<b>Ajuste Permanente</b>				
<b>Constituição de crédito tributário</b>	<b>(122)</b>	<b>(73)</b>	<b>(24)</b>	<b>(15)</b>
<b>Prejuízo Fiscal/Base Negativa-Baixa</b>	<b>337</b>	<b>202</b>	-	-
<b>Ajuste relativo a anos anteriores</b>	<b>300</b>	<b>185</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>2.753</b>	<b>1.671</b>	<b>79</b>	<b>47</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar:**

Ativo	Balanco patrimonial		Resultado
	31/12/2012	31/12/2011	
Tributos a compensar	11	11	-
Tributos retidos na fonte	12	12	-
Antecipação de IRPJ/CSLL	1.333	274	1.059
<b>Total circulante</b>	<b>1.356</b>	<b>297</b>	<b>1.059</b>
Diferenças temporárias:			
Contingências tributárias	195	622	(427)
Provisão para participação nos lucros	-	39	39
<b>Total não circulante</b>	<b>195</b>	<b>661</b>	<b>466</b>

**19. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Seguradora proporciona e administra plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria no montante de R\$ 52 em 2012 (R\$ 6 em 2011). O regime do plano é de contribuição definida.

**20. CISÃO**

Ativo	01 de junho de 2012
Circulante	1.798.321
Aplicações	1.788.220

Créditos das Operações com Previdência Complementar	292
Valores a Receber	61
Operações com Repasses	231
Outros Créditos Operacionais	-
Títulos e Créditos a Receber	7.697
Títulos e Créditos a Receber	7.697
Outros Valores e Bens	2.022
Outros Valores	2.022
Custos de Aquisição Diferidos	90
Seguros	122
Resseguros	(32)
Ativo não Circulante	14.635
Realizável a Longo Prazo	14.635
Títulos e Créditos a Receber	14.635
Títulos e Créditos a Receber	14.635
<b>Total:</b>	<b>1.812.956</b>

Passivo	01 de junho de 2012
Circulante	588.979
Obrigações a pagar	27.220
Outras contas a pagar	27.220
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2.378
Corretores de Seguros e Resseguros	2.378
Débitos de Operações com Previdência Complementar	10.221
Contribuições a Restituir	326
Outros Débitos Operacionais	9.895
Provisões Técnicas - Seguros	497.808
Vida com Cobertura por Sobrevivência	497.808
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	51.352
Planos não Bloqueados	51.352
Passivo não Circulante	1.222.829
Provisões Técnicas - Seguros	78.595
Vida com Cobertura por Sobrevivência	78.595
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	1.143.890

Passivo	01 de junho de 2012
Planos não Bloqueados	1.143.890
Outros Débitos	344
Provisões Judiciais	344
Patrimônio Líquido	1.148
Lucros do período	1.148
<b>Total:</b>	<b>1.812.956</b>

Em 25 de abril de 2012 através da Portaria SUSEP nº 4.563, foi autorizado à Seguradora operar com seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta. Em decorrência desta autorização, em 1º de junho de 2012 foi transferida a carteira de previdência da MAPFRE Vida S.A., para a Seguradora. Os direitos e obrigações relacionados à cisão, conforme contrato celebrado entre as partes, são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma Seguradora, com relação ao seguro; b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros; e c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente.

**21. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA**

As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. As revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

**22. OUTROS DÉBITOS**

O montante registrado como outras Contingências se refere à causa Cível classifica com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 344 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2011) composto por 1 ação em 2012.

**23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Circular SUSEP nº 462/13, que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedade de capitalização e resseguradores locais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente <b>WILSON TONETO</b>	Conselheiros <b>HÉLIO ZYLBERSTAJN</b>	<b>HELOÍSA BELOTTI BEDICKS LAJOSE ALVES GODINHO</b>	<b>RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA SIMÃO DAVI SILBER</b>
------------------------------------	--	---	--

**DIRETORIA**

Diretor Presidente <b>WILSON TONETO</b>	Diretores <b>EDUARDO SOARES DE FREITAS ELISEO JOÃO VICIANA</b>	Contador <b>CARLOS ALBERTO LANDIM CRC - 1SP185339/O-0</b>	Atuário <b>ROBERTO CARLOS PEREIRA DO LAGO MIBA nº 835</b>
--	---	--	--

**PARECER ATUARIAL**

**Aos Senhores Administradores e Acionistas da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A.**

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. com data-base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e nas Resoluções CNSP nº 135/2005 e 162/2006. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A., referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, de acordo com as normas vigentes e suas respectivas

Notas Técnicas Atuariais, mostrando-se adequadas e suficientes para fins da presente Avaliação Atuarial.

3. A Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) está adequadamente calculada e suficiente para cobrir os desvios no risco de sobrevivência.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitos, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas, movimentação da carteira e a precisão dos dados, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

5. Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em

todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, com valores consistentes.

6. Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

**Eduardo Soares de Freitas**  
Diretor Responsável Técnico

**Roberto Carlos Pereira do Lago**  
Atuário - MIBA nº 835

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Administradores e acionistas da **MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. (anteriormente denominada MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A.)**, São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vera Cruz Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos:**

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que foi reapresentada pelo método indireto e da demonstração do resultado que foi reapresentada de acordo com o modelo de publicação estabelecido para entidades abertas de previdência complementar, conforme divulgado na nota explicativa 2 (b). Em nossa opinião estas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC-1SP184050/O-6